

1

1
2
3

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

4Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e três realizou-se a Quinquagésima
5Oitava Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, na
6Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, situada à Rua Salvador França, nº 1427, nesta
7Capital, com o início às quatorze horas e quarenta e três minutos, com a presença dos
8seguintes Conselheiros: **Sr. Claudio Dilda**, Presidente do CONSEMA; **Sr. Luiz Paulo**
9**Rodrigues Cunha**, Representante do Secretário Estadual do Meio Ambiente; **Sra. Marta**
10**Marchiori Dias**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos
11Internacionais; **Sra. Sandra Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sr. Edson**
12**Ferreira Alves**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Adoraldo Antônio**
13**Schio**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sra. Vera Regina**
14**Morandi Sehn**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sra Suzana S.**
15**Lucas**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Antônio L. Ruas Neto**,
16Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Eberson Thimmig Silveira**, Representante do
17Secretário da Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante
18Titular da AGAPAN; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Titular da FETAG;
19**Valtemir Goldmeier**, Representante Suplente da FAMURS; **Sr. Roberto Carlos da Silva**
20**Alves**, Representante Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Mauro André**
21**Kern**, Representante Suplente do Movimento Roessler; **Sr. Mauro Gomes de Moura**,
22Representante Titular do Corpo Técnico da FEPAM; **Sr. Círio Azeredo Silva**, Representante
23Suplente do IBAMA; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante titular do
24Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Edu Ricardo Beltrame**, Conselheiro Suplente da Sociedade
25de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Luiz A. P. Rampazzo**, Representante Titular do
26CEA; **Sr. José Lauro de Quadros**, Representante Titular da FARSUL; **Sr. Geraldo André**
27**Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sra. Elisabete Maria Zanin**, Representante Titular
28da Instituição Universidade Privada. Participaram também o Sr. José Alberto Wenzel,
29Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sra. Verena Nygaard, Fundação Zoobotânica, Sr.
30João Paulo Steigleder, DEFAP/SEMA, Sra. Thais Kasper, Imprensa/SEMA-FEPAM, Sra.
31Kátia Helena Lipp Nissinen, FEPAM/SEMA, Sr. Arno L. Kayser, do Movimento Roessler,
32Sr. Pedro Hector Zanete, Sr. Tiago Eduardo Genelar, do Movimento Roessler, Sra. Vera Lúcia
33Callegaro, Pró-Guaíba/SEMA, Sr. Túlio Carvalho, FEPAM, Sra. Evelise Mônica, FEPAM,
34Sra. Denise Flores, Sociedade Francisco de Assis, Sr. Ronaldo Lima, Organizações
35Socioambientais – Sociedade Francisco de Assis, Sra. Sra. Vera Lúcia Lopes Pitoni, Câmara
36Técnica de Biodiversidade, Sra. Rejane Dornelles, FEPAM, Sr. Auro de Quadros Machado,
37OAB/RS, Sra. Namir Barbosa Gros, ADFG (Amigos da Terra), Sra. Sara Libemberg, ADFG
38(Amigos da Terra), Sr. Jorge, Assessoria Jurídica da FZB, Sr. Sérgio Cardoso, Prefeitura de
39Gravataí (Comitês Gravataí), Sra. Neusa Matias de Andrade, Movimento Roessler, Sra. Maria
40Augusta Teixeira, Sra. Arai dos Santos Paz, FEPAM, Sra. Iara Ferrugem Velasques, FEPAM,
41Sra. Zulanime Rose, FZB, Sra. Luis Batista Rios, AGAPAN, Sr. Celso Marques, AGAPAN,
42Sr. Leandro Signori, SMAM/POA, Sr. Dieter Watchow, Secretário Municipal do Meio
43Ambiente-SMAM, Sr. Lúcio Rodrigues, IBAMA, Sra. Daniela Gelain, IBAMA, Sr. Flávio
44Ferreira Presser, Sr. Darci Campani, ABES-RS, Sr. Antenor Pacheco Neto, FEPAM, Sr. Artur
45José de Lemos, FZB, Sra. Maria da Conceição Carrion, Núcleo Amigos da Terra, Sra. Ana
46Elizabeth Câmara, CRBIOB, Sr. Juarez Tosi, NEJ/RS, Sr. Élson Schoeder, NEJ/RS, Sr.
47Guilherme Flores da Cunha, Sra. Margot Gonçalves, Vá a Pé Calçados Ergonômicos, Sr.
48Ronaldo Blaschewitz, Vá a Pé Calçados Ergonômicos, Sra. Margere Rosa de Oliveira,

49FAMURS e Sra. Kala Maria Cypriano Piefer, SEMA. **Pauta: I – Parte. 1. Homenagem e**
50**concessão de Comenda aos precursores do Movimento Ambientalista do Rio Grande do**
51**Sul e do Brasil. Sra. Fabiane Moreira (Mestre de Cerimônia):** Boa-tarde. Com a presença
52do Secretário Estadual do Meio Ambiente, José Alberto Wenzel, representando, nesse ato, o
53Governador Germano Rigotto, damos início à cerimônia de entrega da Comenda do Mérito
54Ambiental Henrique Luiz Roessler, concedida, pela primeira vez, pelo Conselho Estadual do
55Meio Ambiente. Essa premiação anual destina-se, conforme a Resolução nº 44/2003, a
56cidadãos brasileiros pelo pioneirismo ou pelos serviços prestados à causa ambiental, que os
57torna merecedores do reconhecimento do Estado do Rio Grande do Sul. A primeira entrega da
58Comenda Ambiental abre a pauta da 58ª reunião ordinária do CONSEMA, prestando uma
59homenagem a seis pioneiros ambientalistas do Estado: Augusto Carneiro, Celso Marques,
60Giselda Castro, Hilda Zimmermann, José Lutzenberger (*in memoriam*) e Magda Renner.
61Passamos a palavra para a Dra. Verena Nygaard, Presidente da Fundação Zoobotânica do Rio
62Grande do Sul. **Sra. Verena Nygaard:** Muito boa-tarde a todos. É com imenso prazer,
63satisfação e alegria que a Fundação Zoobotânica sedia a entrega dessa primeira Comenda
64Henrique Roessler. Saúdo a todos os presentes, em especial, os homenageados, que já foram
65referidos, e registro a presença da neta do Sr. Roessler, a Sra. Maria Luíza Roessler, que muito
66nos honra com a sua presença. Sintam-se, em nome dela, todos os presentes, saudados.
67Agradeço também o lindo dia que faz com que tenhamos uma cerimônia de premiação pelos
68trabalhos realizados por essa primeira geração de ambientalistas num lugar tão bonito como é
69esse Jardim Botânico e com um dia tão lindo como está o dia de hoje, essa primavera de hoje.
70Não vou alongar-me porque também peço muitas desculpas pelo nosso atraso e em razão
71desse atraso acho que vamos ouvir as demais pessoas que vão falar aqui hoje, de modo que a
72minha função, como hospitaleira dessa cerimônia, é tão apenas dar-lhes as boas-vindas e
73registrar a nossa alegria em recebê-los todos aqui na Fundação Zoobotânica. Muito obrigado.
74(Palmas). **Sra. Fabiane Moreira:** Convidamos o Presidente do Conselho Estadual do Meio
75Ambiente e também Presidente da Fundação Estadual de Proteção ao Ambiente Natural,
76Cláudio Dilda para fazer uso da palavra. **Sr. Claudio Dilda:** Meus caros mestres: Celso,
77Giselda, Magda, Lara, Hilda, Carneiro, bom tê-los aqui conosco. O Conselho Estadual do
78Meio Ambiente, órgão superior de meio ambiente no Estado do Rio Grande do Sul, não
79poderia deixar de lado, deixar passar, independentemente de quaisquer datas, mas oportunizar
80à sociedade gaúcha uma manifestação explícita do reconhecimento a essas pessoas que
81mencionei, pelo seu trabalho prestado lá nas origens do movimento ambientalista que
82resultaria, passo a passo, ao longo desse processo, no cenário atual que todos nós conhecemos.
83Não é dos melhores? Não é, mas tenho convicção de que não estaria nesse patamar não tivesse
84tido esse começo que já nos afasta dele mais de 30 anos; portanto, são três décadas de um
85processo de crescimento. Óbvio, não podemos esquecer até porque é o nome da própria
86Comenda, de Henrique Luiz Roessler, que tem o espaço eternizado neste meio, assim como
87alguns mais, digamos, que buscassem aprofundar mais, cobrariam-me: e o Padre Rambo? Não
88esquecemos dele também. Assim, parece-me, deixa transparecer com muita clareza, que
89ninguém resgata nada sozinho, é um processo coletivo, mas que, pela própria natureza da
90espécie, do ser humano, requer timoneiros, requer, pede, sente a necessidade de ter aqueles
91que ponteiavam os processos, os movimentos. Assim é que o Conselho Estadual do Meio
92Ambiente, por unanimidade, consubstanciado na Resolução 44/2003, aprovou essa justa
93homenagem para os senhores. Meu caro Carneiro permita-me chamá-lo pelo “nome de
94guerra”, com o qual sempre nos comunicamos, minha cara Giselda, minha cara Magda,

95minha cara Hilda e caro Celso, Lara pelo nosso Lutz. Então, recebam esse reconhecimento
96explícito, talvez não com a pompa que a circunstância poderia exigir, olha eu parodiando
97Eugard, “pompa e circunstância”; mas, recebam com a mais profunda sinceridade do
98reconhecimento da sociedade gaúcha que se consubstancia no Conselho Estadual do Meio
99Ambiente que a representa. Um abraço a todos vocês. (Palmas.). **Sra. Fabiane Moreira:**
100Damos início a entrega das Comendas: **Augusto César Cunha Carneiro:** Nascido em Porto
101Alegre, o advogado Augusto César Cunha Carneiro completa 81 anos no próximo dia 31 de
102dezembro. É presidente da PANGEA, Associação Ambientalista que viabiliza o site AgirAzul
103na internet e Ecoagência de Notícias, em conjunto com o Núcleo de Ecojornalistas do Rio
104Grande do Sul. Formador de toda uma geração de ambientalistas gaúchos, fundou entidades
105como a AGAPAN e Fundação Gaia. É educador de jovens, um dos criadores dos Parques de
106Itapuã e da Guarita. Mantém banca de livros ecológicos há 13 anos na Feira dos Agricultores
107Ecologistas da Coolméia. Recentemente lançou, na Feira do Livro, a obra: “A História do
108Ambientalismo”. Convidamos o Secretário José Alberto Wenzel para fazer a entrega da
109Comenda a Augusto Carneiro. (Palmas). **José Celso Aquino Marques:** Nasceu em Bento
110Gonçalves em 1944. Divide suas atividades entre a Cátedra de Filosofia, no Colégio de
111Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e a fazenda em
112São Borja, onde mantém a tradição de sua família. Do seu contato com a colônia japonesa, em
113São Paulo, onde iniciou os seus estudos universitários de Filosofia, inclinou-se para a
114especialização no pensamento budista e o diálogo entre o oriente e o ocidente, focando a
115superação da crise ecológica e a busca de um projeto novo para a civilização. Desde 1972
116milita na AGAPAN tendo presidido a Entidade em três gestões sucessivas, de 1986 a 1993.
117Celso Marques é também escritor, músico amador e poeta. Convidamos Cláudio Dilda para
118fazer a entrega da Comenda a Celso Marques. (Palmas). **Giselda Castro:** Natural de Santana
119do Livramento, Giselda é sócia-fundadora da Ação Democrática Gaúcha Feminina,
120atualmente Núcleo Amigos da Terra/Brasil. Tem quase três décadas de trabalhos dedicados à
121Associação Beneficente Lar de São José, Casa da Mãe Solteira e Creche Heloísa Becker.
122Apresentou o movimento ecologista à cúpula da Assembléia Nacional Constituinte em
123Brasília no ano de 1987. Possui atuação internacional como membro honorário do Instituto de
124Bioconservação da República Dominicana e cidadã honorária de Tucson, Arizona, Estados
125Unidos. Detentora do Prêmio Cidade de Porto Alegre - Destaque em Meio Ambiente,
126distinção da Câmara de Vereadores da Capital, é cidadã porto-alegrense. Convidamos o
127Secretário Substituto do Meio Ambiente, Luís Paulo Cunha para fazer a entrega da Comenda
128a Giselda Castro. (Palmas). **Hilda Zimmermann:** Gaúcha de Santa Maria, Hilda é fundadora
129da AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, da ANAI - Associação
130Nacional de Apoio ao Índio, que presidiu por cinco gestões e do Conselho de Defesa do
131Patrimônio Natural do Rio Grande do Sul. Em Torres atuou para implantação da primeira
132reserva biológica marinha, a Ilha dos Lobos. Manifestou-se pela demarcação de terras
133indígenas no Estado e participou da coordenação de diversos seminários de integração Brasil-
134Alemanha sobre temas ambientais. Vinculou-se à organização da ECO-RIO 92, fundou e
135preside a Sociedade Amigos da Amazônia Brasileira. É também sócia-fundadora da
136Associação dos Amigos do Jardim Botânico de Porto Alegre e detém a medalha
137Conservacionista, outorgada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Convidamos
138o jornalista Juarez Tosi, Coordenador do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, para
139fazer a entrega da Comenda à Hilda Zimmermann. (Palmas). **José Antônio Lutzenberger (in**
140**memoriam):** Nascido em Porto Alegre, em 1926, fundou a AGAPAN - Associação Gaúcha de

141Proteção Ambiental, na década de 70. Utilizando uma linguagem forte e emotiva, Lutz,
142defendia um olhar holístico sobre a natureza, a ecologia profunda em que o homem não é o
143centro e sim parcela do conjunto da natureza. Tornou-se conhecido mundialmente com intensa
144participação em movimentos ambientalistas na Europa, nas três Américas, Ásia e África. Em
1451985 criou a empresa Vida - Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico que atua na
146consultoria e empreitada em engenharia sanitária, reciclagem de produtos industriais, jardins e
147paisagismo. Em 1987 criou a Fundação Gaia para promover consciência ecológica e o
148desenvolvimento sustentável por meio da educação ambiental, em especial para as crianças, e
149práticas de agriculturas ecológicas e regenerativa. Entre os inúmeros prêmios que recebeu: em
1501988 foi contemplado com o “Right Livelihood Award”, conhecido como o Nobel
151Alternativo. Foi Secretário Especial do Meio Ambiente do Governo Federal de março de 1990
152a meados de 1992. Convidamos Maria Luíza Roessler para fazer a entrega da Comenda a
153Lara, filha de Lutzenberger. (Palmas). **Magda Elisabeth Nygaard Renner:** Nasceu em Porto
154Alegre em 1926. Professora de Línguas e Filosofia, Magda, ingressou na Ação Democrática
155Gaúcha Feminina em 1964, iniciando uma laureada trajetória no movimento ambientalista
156brasileiro e internacional. Em 1974 lançou a campanha de reciclagem de lixo e preservação
157das ilhas do Guaíba. Ao receber homenagem nos Estados Unidos, em 1980, conheceu o
158grupo Amigos da Terra, criando um elo entre essa entidade e a ADFG, que passou a chamar-
159se Amigos da Terra Brasil. Participou da elaboração da lei dos agrotóxicos, em 1982, mesmo
160ano em que foi uma das fundadoras da Rede Internacional sobre Pesticidas, na Malásia. Uma
161das fundadoras, 1988, da Frente Verde, em Brasília, cuja atuação foi decisiva para a inclusão
162do Capítulo do Meio Ambiente na Constituição Federal. Convidamos Verena Nygaard para
163fazer a entrega da Comenda à Magda Renner. (Palmas). Passamos a palavra a Lara
164Lutzenberger, Presidente da Fundação Gaia, que falará em nome dos homenageados. **Sra.**
165**Lara Lutzenberger:** Boa-tarde. Que momento mais emocionante e bonito que estamos
166presenciando, vivendo hoje juntos aqui. Fui incumbida na tarefa de falar em nome do grupo
167de homenageados, mas a realidade seria, certamente, muita presunção da minha parte
168considerar-me, diretamente membro desse grupo, quando muito estou representando,
169simbolicamente, o meu pai, que ele sim integrou esse grupo de amigos tão queridos e claro
170que poderia dizer-se que como tive a influência deles, desde a minha infância vivi com vocês,
171claro que fui muito influenciada, muito inspirada por eles. Então, poderia dizer-se que sou
172como uma seguidora desse grupo, mas uma das inúmeras, múltiplas seguidoras desse grupo
173como são todos vocês que estão aqui hoje. Então, na realidade, estarei falando muito mais em
174nome do grupo que está ali do que desse, porque efetivamente, felizmente, somos inúmeros
175seguidores, hoje em dia temos representações nos órgãos governamentais, temos instituições
176que se dedicam exclusivamente a questão do meio ambiente como é a FEPAM, a SEMA,
177como temos no governo mesmo a Ministra, personalidades como a Ministra Marina Silva;
178temos no meio empresarial áreas, setores que se dedicam exclusivamente a essa questão de
179gestão ambiental e temos múltiplas vozes em toda a comunidade, diferente da época em que
180eles começaram. Acho que certamente só louco mesmo que consideraria loucura, ou
181consideraria insanidade, consideraria coisa de gente que não tem o que fazer, que está
182querendo aparecer, todo esse trabalho impressionantemente bonito que eles desenvolveram.
183Eles, pessoas físicas, individualmente, eles, coletivamente, pelas instituições que foram
184mencionadas aqui, a ADFG, AGAPAN, ANAI, Núcleos Amigos da Terra que vai junto com a
185ADFG, a Fundação Gaia, que o meu pai instituiu. Então, gostaria de ressaltar também que o
186que me chama mais atenção ainda é que quando eles iniciaram todo esse trabalho estávamos

187em plena ditadura militar e como há pouco se mencionou aqui, isso tudo remonta há 30 anos.
188Era um momento que não se tinha liberdade que tem hoje e eles conseguiam fazer
189manifestações de sair à rua inclusive escoltados pela Brigada Militar, pelo que me consta.
190Então, era um período que todos os sinais dos desequilíbrios socioambientais, das
191calamidades que vemos hoje, efetivamente, eram súper tênues ainda, uns sinais que muitos
192poucos percebiam. Então, todo esse trabalho que eles fizeram foi, realmente, um trabalho de
193muita coragem e de uma sensibilidade impressionante. E foram ações das mais diversas que
194eles envolveram-se, desde manifestações públicas, iniciativas educativas que abordavam a
195questão da importância da arborização urbana, manifestavam-se contra a mutilação
196desnecessária de árvores. Quem não se deslumbra, hoje, quando vê o colorido que está Porto
197Alegre com os seus guapuruvus, com os seus jacarandás, com as corticeiras, que estão todas
198florescendo agora nesses dias? Isso tudo se deve muito ao trabalho de vocês, sem dúvida
199alguma. Eles envolveram-se fortemente na questão do fortalecimento das comunidades
200indígenas, da valorização das culturas, das tradições milenares tão fortemente ameaçadas por
201nossa cultura massificante, a nossa cultura homogeneizada. Foram inúmeras manifestações
202que eles fizeram nesse sentido, articulações políticas no sentido de se estabelecer legislações
203ambientais coerentes com a realidade, com a verdadeira face dos que, então, chamavam-se
204*defensivos agrícolas* e que nada mais são, na realidade, do que, como vocês bem chamaram,
205*agrotóxicos, biocidas*, cujo os malefícios, no caso do seu uso amplo e irrestrito, sem dúvida
206alguma, superam muito fortemente qualquer suposto benefício que eles possam ter. Foram
207também iniciativas em prol de um planejamento familiar, já reconhecendo, naquela época,
208quando a nossa população de longe era dos 6 bilhões de habitantes que temos hoje, elas já
209reconheciam a importância de desenvolvermos, considerarmos o planejamento familiar como
210forma de controle do nosso crescimento populacional; é impossível continuarmos populando o
211nosso planeta indiscriminadamente, ele é finito, isso hoje está claro. Mas, na época deles não
212era tão óbvio, não era tão claro. Também sabemos que eles tiveram uma enorme participação
213em campanhas para criar e preservar áreas, como nosso Delta do Jacuí, que uma época esteve
214ameaçado por todo um processo de urbanização, o Parque de Itapuã que recentemente,
215finalmente oficializado, os Aparados da Serra, o Parque da Guarita, em Torres, que teve a
216participação enorme deles, inclusive todo aquele complexo de lagoas de Laguna, que teve
217uma época ameaçado por toda uma proposta de dessalinização e requereu o envolvimento
218enorme por conta de todos vocês. Então, são tão amplas, tão inúmeras as iniciativas desse
219grupo que, certamente, se quiséssemos levantar todas elas, hoje, não conseguiríamos,
220precisaríamos de vários dias conversando, certamente seria uma conversa fascinante e
221impressionante, mas, sem dúvida, precisaríamos de muito tempo, que são muitas as histórias
222em que eles envolveram-se, é muito grande todo esse trabalho. Então, penso que hoje o que
223nos cabe, realmente, é simplesmente e modestamente reconhecermos, na presença deles, o
224quanto nos é importante, quanto foi fundamental todo esse trabalho que vocês desenvolveram
225juntamente com o meu pai de, mais que nada, de proteção da vida de Gaia e, portanto, da vida
226de cada um de nós que estamos aqui hoje, de todas as futuras gerações que, se Deus quiser,
227terão essa oportunidade também. Então, mais do que nada acho que é isso, seria de nós
228prestarmos essa homenagem, reconhecermos a importância de todo esse trabalho e acho
229também importante dizer, para vocês, que tenham essa certeza de que esse trabalho que vocês,
230ainda como um pequeno grupo fizeram, ecoou em toda essa comunidade que está aqui hoje e
231muitos outros que não estão aqui presentes, mas que estão mundo afora e estão levando
232adiante esse trabalho e participando, hoje dando força a todo esse movimento que vocês

233iniciaram. Então, coloco, em nome de todos, a nossa reverência, a nossa admiração por todo
234esse trabalho. O nosso muito obrigado. (Palmas). **Sra. Fabiane Moreira:** Convidamos o coral
235da FEPAM para se apresentar sobre a regência de Deisi Coccaro. (Palmas). (Apresentação do
236Coral). Com a palavra o Secretário José Alberto Wenzel. **Sr. José Alberto Wenzel:** O nosso
237boa-tarde a todos e a todas e esse nosso boa-tarde é um boa-tarde do Governador Rigotto, é da
238natureza, é do povo gaúcho, é dos habitantes do planeta. Quero, em primeiro lugar,
239cumprimentar o Dr. Carneiro, Celso, a Giselda, a Hilda, o Lutz e a Magda. E quero, de forma
240especial, também cumprimentar o meu Subsecretário, Luís Paulo Rodrigues Cunha,
241cumprimentar também quem hoje aqui nos recepciona, a Verena, cumprimentar o Dilda,
242cumprimentar o Devis, o Milton, os nossos diretores diretos, cumprimentar também o
243Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, o Dr. Ditter e, em seu nome Dr.
244Ditter, quero cumprimentar toda equipe da municipalidade de Porto Alegre. Cumprimentar
245também o ex-diretor-presidente da FEPAM, Flávio Presser, que nos honra com sua presença,
246cumprimentar a Lúcia, em nome de quem cumprimentamos todos os integrantes do IBAMA,
247especialmente a Cecília que aqui está representada. Cumprimentar a Vera Calegaro, pelo Pró-
248Guaíba e, em nome da Vera, cumprimento todos os coordenadores dos demais projetos da
249Secretaria. Cumprimentar a Sandra Garcia, da Secretaria de Educação, o Luiz Rampazzo, do
250Centro de Estudos Ambientais, a Vera Regina, da Secretaria de Coordenação e Planejamento.
251Cumprimentar a Elizabete Maria, da Instituição Universitária Privada, Geraldo André Susin,
252da ALGA, em nome de quem queremos cumprimentar todas as demais ONGs, Antônio Ruas
253Neto, da Secretaria de Saúde, Edson Ferreira Alves, da Secretaria de Justiça e Segurança.
254Também queremos cumprimentar Roberto Carlos da Silva Alves, dos Comitês de Bacias
255Hidrográficas e também o Sérgio Cardoso, Presidente do Fórum de Comitês. A Kátia Maria
256Vasconcelos, do Núcleo Amigos da Terra, Mauro André Kern, do Movimento Roessler, Edir
257Xavier da Fonseca da AGAPAN, também queremos cumprimentar a Maria, neta do nosso
258prezado Roessler. Também a Ilsa Girardi, da UFRGS, que implantou a primeira disciplina de
259Jornalismo Ambiental no curso de Comunicação no Brasil. Meus amigos e minhas amigas,
260acho que a natureza já está manifestando-se ali. As abelhas sempre são bem-vindas, depende
261do momento. Esse foi o momento de manifestação, com certeza, da nossa prezada e querida
262natureza. Mas, meus amigos e minhas amigas, quero também cumprimentar, Coccaro, todo o
263nosso coral, às vezes, tenho vontade de dizer o meu coral, de tanta satisfação que temos de
264termos o nosso coral. Quero também cumprimentar o Tenente-Coronel Edson, que está aqui
265nos honrando com a sua presença, comandante do Batalhão Ambiental. Dr. Lauro, em seu
266nome, quero cumprimentar também todas as entidades que lidam, de forma empresarial e
267associações, na área ambiental. Vim há pouco de um espaço que a Dona Lara Lutzemberger
268mencionou, o nosso Delta. Vocês sabem o que está acontecendo com o Delta nesse instante?
269Está queimando. Desde ontem, às 17 horas, estamos num trabalho incessante, aqui quero mais
270uma vez cumprimentar a nossa equipe, que de forma muito corajosa, ontem era, Dr. Cunha,
271não sei que horas, mas já era dez, onze horas da noite quando dei a ordem para que eles
272retirassem, a nossa equipe, porque aquela hora já não havia mais condições de combate ao
273incêndio, era escuro, água até o peito. A nossa equipe, principalmente do DEFAP, estava lá
274ajudando os nossos bombeiros a combater o incêndio no Delta do Jacuí. Hoje pela manhã
275estivemos lá e conseguimos que as empresas, da região, posicionassem-se favoráveis a nós e
276também compareceram com Carros de Bombeiros para que ajudassem. Então, estávamos lá
277no Delta do Jacuí e o Delta pegando fogo. E agora pensei o seguinte, quando você se
278manifestou. Será que antes de vocês alguém se importaria que 8 hectares estivessem

279queimando no Delta? Será que antes dos movimentos de vocês, hoje nossos homenageados,
280alguém hoje estaria preocupado que 8 hectares do Delta estivessem pegando fogo? Talvez,
281não. Com certeza isso deve-se também a vocês. Há alguns dias recebi uma outra notícia que
282um cervo, aqui no nosso parque do Banhado dos Pachecos, foi encontrado morto. O que
283fizemos? Imediatamente, acionamos toda equipe de investigação, todo um trabalho
284investigativo para ver o que aconteceu. Será que isso estaria acontecendo se não tivesse sido
285os senhores e as senhoras? Quer dizer, temos problemas hoje, mas temos problemas, talvez de
286outra ordem e aqui quero dizer do momento forte de encontros que temos hoje aqui. Em
287primeiro lugar, essa é uma Comenda do CONSEMA, meu prezado Dilda, Presidente do
288CONSEMA, o órgão superior da política pública do Estado do Rio Grande do Sul, órgão
289deliberativo e consultivo que criou essa Comenda. Segundo encontro importante: qual o nome
290dessa Comenda? Mérito Roessler. Roessler foi o primeiro, talvez, é difícil dizer quem é o
291primeiro, mas foi um dos primeiros ambientalistas e lá em 1955, ajude-me Maria se estou
292dando uma data errada, criou a primeira ONG ambiental brasileira. Oficialmente em 1955,
293pelo que tenho notícia. Então, a nossa União de Proteção Ambiental em São Leopoldo. E ele
294tinha uma característica impressionante: ele não só gostava da natureza, mas realmente tinha
295sensibilidade como a natureza, ele não tinha apenas afeição com a questão natural, mas tinha
296uma relação vital, ele tinha uma relação de urgência, de identidade como a natureza que acho
297que é isso que os senhores e senhoras exatamente possuem. Terceiro momento importante é
298que essa Comenda poderia ter sido entregue no Palácio Piratini, poderia ser entregue na
299SEMA, no nosso prédio, mas não foi aqui no espaço da Fundação Zoobotânica, no Jardim
300Botânico, ao ar livre, na natureza, quer dizer, até nisso o espaço é privilegiado. As abelhas não
301me deixam, mas vamos em frente. Isso é outra coisa que Platão já ensinava: “Nunca deve-se
302ficar parado, tem sempre que andar”; e vi que a Magda Renner foi professora de filosofia.
303Então, poderia nos ajudar. Então, os filósofos da natureza têm que ser perambulantes. Mas, o
304quarto ponto que parece ser importante é a questão dos nomes que foram escolhidos e o Dilda
305disse bem, poderíamos ter muitos outros nomes. Mas, com certeza, os nomes das seis
306personalidades que hoje estão sendo homenageadas significam todos os outros nomes,
307valorizando todos os outros nomes, acrescentando qualidade a todos os outros que
308participaram desse processo. E aqui quero fazer minha as palavras da Lara que representou os
309nossos homenageados. O que ela disse? Ela falou de todos nós que estamos aqui, os amigos
310dos homenageados, as amigas das homenageadas, independente da idade. Nós somos filhos,
311netos, somos parceiros de todos vocês que ajudaram a construir essa história. Qual é o último
312ponto que acho fundamental colocado pela Lara? Ou seja, que realmente somos aqueles que
313também estão sendo homenageados. Mas, meus amigos e minhas amigas, quero dizer, nesse
314instante, que como Secretário de Estado do Meio Ambiente, sinto coroadado à nossa gestão ao
315menos por esse ano. Dilda, CONSEMA, todos os nossos diretores, Cunha, Verena, Milton,
316Deves, quero dizer que nos sentimos gratificados. Sei que o ano não está no fim, mas está
317aproximando-se de uma reta final e nós, com certeza, estamos fechando muito bem o espaço
318desse um ano com essa homenagem que estamos prestando a todos vocês. E aqui quero
319cumprimentar também a todos os nosso colegas da Secretaria, todos os nossos colegas
320parceiros e amigos das entidades, das ONGs, das empresas, pois hoje temos uma gama muito
321grande de empresas já extremamente preocupadas com a área ambiental. Quero cumprimentar
322a todos e dizer que esses momentos, com as variáveis que eles agregam, as variáveis de
323termos que caminhar aqui para falar, da espontaneidade que faz parte disso aqui, e a natureza
324é extremamente espontânea, a natureza não é quadradinha, a natureza não segue protocolo, a

325natureza não tem uma rotina padronizada. Quero cumprimentar a todos que entendem essa
326forma espontânea, natural que a natureza trabalha. Para finalizar, quero dizer que, na verdade,
327os senhores, as senhoras, são profetas: denunciaram e anunciaram, porque o profeta não só
328denuncia, o projeta anuncia a boa-nova, denuncia o que deve ser revisto, repensado, mas
329anuncia a boa-nova. Acho que essa é a grande mensagem de que nós já estejamos, talvez,
330vivendo um pouco dessa boa-nova. Mas, temos a grande responsabilidade de dar seqüência,
331de dar continuidade a tudo aquilo que os senhores e as senhoras fizeram, estão fazendo e vão
332fazer. Quero repetir uma palavra que tenho dito muitas vezes, mas acho que nesse momento
333assume um significado especial. Nós todos batemos palmas a vocês, mas, com certeza, quem
334mais bate palmas é a criação. Obrigado. (Palmas). **Sra. Fabiane Moreira:** Antes de encerrar
335ouviremos a palavra de Maria Luíza Roessler, neta de Henrique Roessler. **Sra. Maria Luíza**
336**Roessler:** Vou ser súper rápida. Digníssimas autoridades presentes, queridos amados
337convidados presentes e aqueles que estão mandando as mosquinhas, ao coral que sempre dá
338essa coisa mágica, maravilhosa, fui professora anos e anos de música e fiz muitos corais.
339Então, isso toca muito. Quero agradecer a iniciativa porque nos honrou demais o nome do
340meu avô, pai, mestre e tudo mais que posso dizer aqui, da minha vida, nessa Comenda, porque
341uma Comenda é uma distinção incrível, qualquer homenagem. Então, vou ler uma coisa que
342coloquei no final do livro que escrevi para o vovô que é *Epílogo ou Continuação*. Inicia com
343uma parte do Mário Quintana: “*Não me deixem ir tão só, tão só transido de frio. Eu quero*
344*um renque de vozes por toda a margem do rio*”. O título deveria ser continuação, porque os
345significados de epílogo, remate, fecho, conclusão ou fim, não cabem num texto que versa
346sobre o início, primeira visão de ação continuada, continuada que precisa seguir em
347desenvolvimento crescente, valioso e imprescindível para a vida. Digamos que seja um fecho
348de meus conhecimentos sobre o importante tempo de Henrique Luiz Roessler por essa vida e a
349respeito de seus passos nas paisagens, onde ele plantou a semente do amor à natureza. De
350algum modo, penso que todas a ONGs e alguns órgãos oficiais de credibilidade, que
351trabalham pela defesa ambiental no País, são filhos, frutos e flores daquilo que brotou há
352tempo e que seguem em ações iluminadas multiplicando-se conscientes. Mas, o desrespeito
353para com a natureza também continua escurecendo dias e pessoas. Mais do que nunca, agora é
354preciso uma consciência unida ao gesto, coerente, de muitos e logo mais de todos, porque
355resta ainda quase tudo a fazer a cada dia para salvar o planeta. Posso afirmar, por todas as
356paisagens, onde descansei meus olhos, cheia de paixão, que o homem do rio, Henrique Luiz
357Roessler, desejava o segmento da luta sem pausas, tendo sido a primeira voz a levantar-se
358forte e incisiva sobre o crescimento dos problemas e a vital necessidade das pessoas de
359negarem-se à acomodação e firmes continuarem. (Palmas). **Sra. Fabiane Moreira:** Para
360encerrar ouviremos mais uma música e, por fim, o Hino do Rio Grande do Sul, ambos
361apresentados pelo coral. (Palmas). Lembramos que a segunda parte da reunião do CONSEMA
362Continua aqui ao lado no auditório. Agradecemos a presença de todos e damos por encerrada
363essa solenidade. **II – Parte. 2. Aprovação da Ata da 57ª Reunião Ordinária; 3.**
364**Habilitação de Municípios; 4. Apresentação do relatório da SEMA sobre os *cat fish*; 5.**
365**Análise da proposta de alteração da redação dos parágrafos 3º e 4º do art. 114, da Lei**
366**11.520, elaborada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos; 6. Propostas de**
367**Resoluções: - Comércio de resíduos Classe II; - Licenciamento de Atividades**
368**Licenciáveis por Sistema de Integração; - Co-disposição de Resíduos Sólidos Industriais**
369**em Aterros Sanitários no RS; - Licenciamento da disposição final de Resíduos Sólidos**
370**oriundos da Construção Civil no RS; 7. Regramento de pedido de vista de processos; 8.**

371 **Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram presididos pelo Presidente do CONSEM, Sr. Cláudio
372 Dilda. **Sr. Presidente:** Ratificando, portanto, o cumprimento da nossa I Parte do programa da
373 reunião de hoje, que já foi feito, gostaria de ficar registrado que a posição deste Conselho em
374 relação à homenagem que acaba de prestar, tenho certeza, Srs. Conselheiros, ficará na
375 memória como reconhecimento da sociedade gaúcha, que este Fórum representa, para com as
376 personalidades que este Conselho escolheu e atribuiu, portanto, a Comenda do Mérito
377 Ambiental Henrique Luiz Roessler. Considerando que temos *quorum*, damos por aberta a II –
378 Parte da 58ª Reunião Ordinária deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. Considerando
379 que ao programarmos a homenagem aos ambientalistas, de alguma forma, nós subestimamos
380 o tempo que seria necessário, e calculamos em uma hora e acabamos utilizando duas horas,
381 bem utilizadas, acreditamos, porque se não guardarmos a memória das coisas, seguramente
382 construção sólida, como a espécie, dentre tantas que existe no Planeta, mas a única que
383 escreve a sua história, acabaríamos, digamos assim, por deixar de lado, um aspecto muito
384 importante, de todo este movimento. Assim sendo, consulto os Srs. Conselheiros sobre
385 propostas de inversão de pauta. E preciso também informá-los de que dois dos itens
386 propostos, na verdade, não ficaram prontos, e por força, digamos assim, de afogadilho, não
387 queremos comprometer a importância que estes assuntos têm, e ficariam para a reunião
388 ordinária de dezembro, que seriam: Regramento do pedido de vista e a revisão proposta pela
389 FAMURS em relação ao processo de habilitação dos Municípios, Resoluções 4 e 11, assim
390 como a revisão da Resolução 5, lembrando que nós temos proposta uma reunião
391 extraordinária, que trataremos do assunto. Há alguma proposta dos Srs. Conselheiros em
392 relação à alteração de pauta? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Então, o Item 7 sai de pauta? **Sr.**
393 **Presidente:** Sim. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Pediria que a gente mantivesse o Item 3 e o Item
394 45, se fosse possível, que fosse tratado imediatamente após o Item 3, porque os assuntos são
395 muito próximos, e por isso pediria, se fosse possível, que o Item 5 fosse analisado logo após o
396 Item 3. **Sr. Presidente:** Alguma objeção por parte dos Srs. Conselheiros? **Sr. Luiz**
397 **Rampazzo:** Tenho uma proposta, e nada contra a proposta de inversão de pauta. A minha
398 proposta seria de que como a pauta é longa, se possível, a gente chamasse uma reunião
399 extraordinária. Sei que o mês de dezembro é meio conflitante em termos de data para todos,
400 mas, se possível, uma reunião extraordinária para que a gente consiga vencer o restante da
401 pauta, e há assuntos bastantes polêmicos. **Sr. Presidente:** Com certeza. **Sra. Edi Xavier**
402 **Fonseca:** A minha proposta é que o Item VI desta pauta não seja discutido nesta reunião, uma
403 vez que ele não foi discutido na Câmara Técnica de Resíduos Sólidos. E um dos itens, nós
404 criamos um GT, que é sobre os resíduos da construção civil, e ainda esse nosso grupo ainda
405 não tem um parecer conclusivo em relação a uma proposta de resolução ao CONSEMA.
406 Então, proponho que todo esse bloco que se refere a resíduos, seja encaminhado primeiro para
407 a Câmara Técnica e depois volte para o Conselho. **Sr. Presidente:** Na verdade, Conselheira
408 Edi, o Item VI está exatamente para comunicação e solicitação da aprovação deste Conselho
409 para encaminhamento às Câmaras Técnicas. Vamos para o primeiro item de pauta, na sua II
410 Parte. **2. Aprovação da Ata da 57ª Reunião Ordinária do CONSEMA.** **Sr. José Lauro de**
411 **Quadros:** Sr. Presidente. Antes de submeter à votação da Ata da reunião anterior, pediria
412 permissão para registrar em Ata que a FIERGS não pode estar presente. A Conselheira
413 Titular, Carla Rangel, está com o pé engessado, não pode-se deslocar, e o Conselheiro
414 Suplente, não pode vir de Caxias, e foi-me solicitado que ficasse registrado em Ata que a
415 FIERGS, estando ausente, mas registra em Ata a sua solidariedade às homenagens, que foram
416 aqui prestadas, e a sua homenagem aos homenageados, que receberam a Comenda. **Sr.**

417**Geraldo André Susin:** Enviamos o Ofício nº 114/2003, e no Ofício constava um parágrafo
418inteiro sobre a justificativa do porquê que não havíamos recebido o processo do Município de
419Nova Bréscia e não consta aqui. Segundo, na linha 1.173 que fala do Município de Caxias do
420Sul, onde está “resíduos sólidos”, leia-se “RS ou Rio Grande do Sul”, não é resíduos sólidos.
421**Sr. Presidente:** Se não houver nenhuma manifestação, consideramos **aprovada** a Ata da 57ª
422Reunião Ordinária deste Conselho Estadual de Meio Ambiente. **3. Habilitação de**
423**Municípios.** Todos os Conselheiros, de acordo com o combinado, receberam
424antecipadamente a síntese em relação aos Municípios propostos para habilitação nesta
425reunião. Temos hoje 4 Municípios para submeter a este Fórum com vista à habilitação:
426Município de Capitão, há necessidade de leitura ou os Srs. Conselheiros leram e se sentem
427aptos a votar? Logo, temos Capitão, Mato Leitão, Uruguaiana; volta, por força regimental,
428Nova Bréscia e Não-Me-Toque. Pergunto aos Srs. Conselheiros se sentem em condições de
429votarmos, de acordo com o que já fizemos em reuniões anteriores, estes Municípios em bloco
430ou votamos unitariamente? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. Se os Conselheiros
431leram estes três Municípios novos, que são Capitão, Uruguaiana e Mato Leitão, eventualmente
432poderíamos efetuar votação em bloco. Entendo que o Município de Nova Bréscia, o
433Conselheiro que fez o relatório, acabou entregando hoje, talvez tivesse que apreciar em
434separado, e o de Não-Me-Toque, face a todos os desdobramentos que ocorreram, eu também
435entendo que deveria ser votado em separado. Agora, esses outros três considero que nós
436poderemos efetuar a votação em bloco. Obrigado. **Sr. Presidente:** Temos, portanto, uma
437proposição do Conselheiro Valtemir, representante da FAMURS, de que os Municípios de
438Capitão, Uruguaiana e Mato Leitão, e Uruguaiana, já lembrando, já foi devidamente
439manifestada a posição da Conselheira Edi, como não existindo nenhum óbice a sua
440habilitação. Então, consulto: votaríamos Uruguaiana, Capitão e Mato Leitão, em bloco. E
441Não-Me-Toque e Nova Bréscia em separado. Os Conselheiros favoráveis, por gentileza,
442levantem o cartão: **15 votos favoráveis; 1 voto contrário; 1 abstenção.** Portanto, votaremos,
443neste primeiro momento, **Capitão, Mato Leitão e Uruguaiana.** Conselheiros favoráveis à
444habilitação dos Municípios enunciados manifestem-se levantando o cartão de votação: **com 4**
445**abstenções, aprovado por maioria.** Passamos ao Município de Nova Bréscia. Solicitamos ao
446Conselheiro Geraldo Susin, da ALGA, que foi o Relator, para se manifestar. **Sr. Geraldo**
447**André Susin:** Passo a leitura do documento: “Ofício ALGA 128/2003 – Caxias do Sul, 19-
44811-2003. Prezado Senhor. Vimos, por meio desta, informar que lemos atentamente os
449Volumes I e II do Processo nº 17290500/03-0, que delega competência para o licenciamento
450ambiental do Município de Nova Bréscia. Considerando algumas irregularidades contidas no
451processo, tais como a questão da flora nas fls. 17 e 18 do Plano Municipal de Meio Ambiente
452e irregularidades da composição do CONDEMA, considerando a ausência de organização
453não-governamentais ambientais, ao menos uma, no CONDEMA, considerando os contatos
454telefônicos de agentes políticos ligado à Prefeitura a este Conselheiro, afirmando que as
455irregularidades foram sanadas, sugerimos que o processo em pauta retorne à Câmara Técnica
456competente para a inclusão de novos documentos, emissão de parecer, e, em seguida, seja
457apreciado pelo Plenário do CONSEMA. Ressaltamos o interesse em participar da reunião da
458Câmara Técnica, contribuindo, desta forma, na avaliação do processo de Nova Bréscia, para
459que seja aprovado por unanimidade. Estamos à disposição, para maiores informações, pelo
460telefone: 054XX99713006 ou pelo e-mail alga@alga.org.br. Sendo o que se apresentava para
461o momento, aproveitamos o ensejo para reiterar-lhe os protestos de estima e consideração.
462Cordialmente, Geraldo André Susin, Presidente da ALGA – Associação Livre para o

463Gerenciamento Ambiental”, ao ilustre Presidente. Era esse o relato. Obrigado. **Sr. Presidente:**
464Aberto aos Srs. Conselheiros a palavra. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Considero de
465extremo bom-senso o encaminhamento dado pelo Conselheiro Susin e me posiciono
466favoravelmente a que o processo seja remetido à Câmara Técnica, dado que o espírito da
467transparência, e particularmente a nota final do documento apresentado pelo Conselheiro, vão
468ao encontro daquilo que esperamos aqui neste Conselho. Vale dizer que postergar a
469deliberação por mais 30 dias, para que se possa ter maior clareza sobre o assunto, me parece
470uma posição prudente **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. Em nome da FAMURS só
471gostaria de pedir um momento, que estão sendo levantadas algumas folhas em relação ao
472relatório feito, e só gostaria de conferir isso, pois, na verdade, na Câmara Técnica foi
473aprovado, e inclusive todos os processos que estão vindo ao Conselho tiveram uma primeira
474aprovação da Câmara Técnica e por isso vou pedir um momento para tentar consultar os
475assuntos que foram levantados. **Sr. Presidente:** Então, concedemos alguns minutos ao
476Conselheiro Valtemir e passamos à apreciação da habilitação do Município de Não-Me-
477Toque, para tal, antes nós gostaríamos de ouvir da Câmara Técnica Permanente de Assuntos
478Jurídicos a avaliação jurídica em relação ao Município de Não-Me-Toque. **Sra. Margere**
479**Rosa de Oliveira:** Boa-tarde a todos. Na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos eu fui
480incumbida de fazer o relatório do processo, tendo em vista as considerações feitas no
481CONSEMA a respeito da possibilidade jurídica da habilitação do Município e, por
482unanimidade, a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos entendeu que o Município cumpriu
483com todas as disposições normativas para a sua habilitação. Aprovando o relatório feito na
484Câmara, onde se estabeleceram todas as considerações, foram colocadas todas as
485considerações a respeito da possibilidade jurídica. Uma das situações que havia sido
486levantada, a questão do Plano Diretor, que o Município, efetivamente, aprovou, e tem Plano
487Diretor, mas que não teria adequação ao Estatuto da Cidade. Em relação a isso, entendemos
488que, como foi elaborado antes da edição do Estatuto da Cidade, e que o Estatuto da Cidade dá
489prazo para os Municípios, inclusive para elaboração e adequação deste Estatuto, não
490poderíamos que ele não estaria atendendo, e eles ainda têm prazo para essas adequações, os
491Municípios têm esse prazo. Então, a Câmara decidiu, por unanimidade, acolher o relatório e
492aprovar as nossas considerações no sentido de que o Município cumpriu todas as regras da
493Resolução nº 4, todos os regramentos para a sua habilitação. **Sr. Presidente:** Alguns dos
494Conselheiros gostaria de fazer uso da palavra? **Sr. Valtemir Goldmeier:** Em relação à Não-
495Me-Toque só gostaria de colocar, como integrante da Câmara Técnica de Gestão
496Compartilhada Estado/Município, o processo, conforme determinação do Conselho, retornou
497àquela instância, e a nossa Câmara Técnica ratificou a posição de que perante àquela Câmara
498Técnica o Município estava apto a ser habilitado. **Sr. Presidente:** Temos as manifestações da
499Câmara Técnica de Gestão Compartilhada e também da Câmara Técnica de Assuntos
500Jurídicos, com posicionamento e manifestação favorável à habilitação do Município de Não-
501Me-Toque. Considerando a não-existência de outras manifestações, coloco em votação a
502habilitação do Município de Não-Me-Toque. Acreditamos que os Conselheiros vão ter no
503Município de Não-Me-Toque o Município mais adequado, assim esperamos. Em votação,
504então, a habilitação do Município de Não-Me-Toque: os Conselheiros favoráveis, por
505gentileza, levantem o cartão de votação: **favoráveis (12 votos); contrários (nenhum);**
506**abstenções (cinco). Aprovado, por maioria.** Conselheiro Valtemir Goldmeier, está em
507condições de manifestar-se com relação à habilitação do Município de Nova Bréscia. **Sr.**
508**Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. O Conselheiro Susin não queria me emprestar o

509relatório pois estava preocupado que eu vou pegar pesado com ele aqui. Entendo, não que seja
510o Conselheiro Susin, mas eu gostaria de pedir, em nome da FAMURS, que o relatório fosse
511colocado em votação, aceitação ou não do relatório, e considerando que quanto aos problemas
512de fauna e flora levantados no relatório, Srs. Conselheiros, entendemos que existe a Resolução
513nº 11/2000 do CONSEMA, que estabelece um prazo de seis meses para a complementação do
514Plano Ambiental. Então, entendemos que o Item 1, levantado pelo Conselheiro Susin, da
515Associação Livre para o Gerenciamento Ambiental, poderia ser contemplada desta forma.
516Outro assunto levantado é a ausência de organizações não-governamentais ambientalistas no
517CONDEMA. E considerando este assunto que o Município vai ter seis meses para rever o
518Plano Ambiental, e entendo que este assunto em alguns Municípios não há organizações deste
519nível. Então, talvez, o problema gerado é desta ordem. E como o assunto está retornando ao
520Conselho várias vezes, eu faço o pedido no sentido dos Conselheiros, em votação derrubarem
521o relatório do Conselheiro Susin, e colocar o Município em votação. Mas, entendo que o
522Município irá complementar as deficiências levantadas. Segundo o Conselheiro Susin, ele
523colocou aqui, numa conversa paralela, de que ele teria levantado que na lei do Conselho não
524havia paridade. Mas, segundo a assessoria da SEMA, e gostaria de passar a palavra, se o
525Presidente me permitir, para a funcionária da SEMA que fez o relatório, que é a Kátia, para
526que ela pudesse fazer alguma consideração sobre este assunto referente à paridade do
527Conselho. Na verdade, em lei, foi considerado paritário o Conselho, ações de governo
528municipal e ações não de governo municipal. Claro que averiguando, a EMATER foi incluída
529como entidade não-governamental, e assim tem sido considerada, e ela é uma entidade não-
530governamental. Então, são essas as pequenas dúvidas levantadas pelo Conselheiro Susin, e
531que acho que nós, como Conselheiros, até agradecemos, e acho que isso faz parte do processo,
532e vai melhorar o nosso processo. Agora, peço aos Conselheiros para derrubar o relatório do
533Conselheiro, colocar em votação, aprovarmos hoje o Município de Nova Bréscia, e
534posteriormente o Município terá seis meses para fazer os respectivos complementos
535necessários. Obrigado, Sr. Presidente. **Sra. Katia Helena Lipp Nissinen:** Boa-tarde, pessoal.
536Eu sou relatora deste processo e eu conheço um pouco do teor que ele contém. Em relação à
537ASCAR/EMATER, ela é considerada, ela tanto tem sido utilizada como governamental, mas,
538na maioria dos casos, ele está dentro do item de entidades não-governamentais, pois ela tem
539um caráter de associação sulino de crédito. Então, a nossa assessoria jurídica tem
540recomendado que ela possa ser usada como uma entidade não-governamental e assim tem sido
541com um grande número de Municípios habilitados pelo Conselho. Então, quando a isso, não
542há problema, posso-lhe assegurar. Com relação ao item da flora, eu posso-lhe assegurar
543também que já foi devidamente complementado no período de tempo em que o processo
544esteve com V.Sa. e nós não tivemos a possibilidade de anexar aos autos do processo toda a
545documentação complementada pelo Município de Nova Bréscia. E esses documentos são
546mapas, dados das flora e da fauna que estão conosco na Comissão de Municipalização e ainda
547não foram anexados ao processo. Mas, eu posso-lhe assegurar que estão de acordo com a
548Câmara Técnica, foram aceitas todas as complementações da flora, que já foi, no passado, um
549problema deste Plano Ambiental, mas está resolvido. **Sr. José Lauro de Quadros:**
550Complementando a manifestação da Katia, eu já fui Presidente da ASCAR/EMATER. A
551ASCAR é uma entidade de direito privado e a EMATER também é uma entidade de direito
552privado. Às vezes há uma confusão, porque por ocasião da criação do Sistema EMBRATER
553no Brasil, todas as entidades de extensão rural, em todos os Estados, tiveram que criar o seu
554sistema estadual vinculado à EMBRATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural. No Rio

555Grande do Sul, no governo de então, não houve um entendimento na Assembléia Legislativa,
556não vou lembrar o ano, não é o caso aqui, mas para não se perder a possibilidade de receber
557recursos federais, a EMATER do Rio Grande do Sul foi criada como entidade de direito
558privado. Portanto, supre, perfeitamente, essa necessidade de entidade de não-governamental.
559Acontece que quando eu fui Presidente, 50% dos recursos eu conseguia em Brasília. O
560restante, 30% do Estado, 10% dos Municípios e outras receitas. Hoje a EMATER é bancada
561pelo Governo Estadual, mas continua entidade de direito privado. Quanto à outra
562manifestação da Katia, esclarecendo a manifestação do Conselheiro Susin, e já vou antecipar
563o meu voto. E nós pensamos que todos aqueles Municípios que cumprem 80, 90% das
564exigências, que são fundamentais, para garantir, para assegurar que o exercício do
565licenciamento seja feito com segurança e com seriedade, que nós devemos aprovar, porque ou
566nós temos a descentralização, temos essa possibilidade da SEMA estar nos Municípios e
567facilitar para que as coisas andem melhor, ou se nós apertarmos demais, as coisas vão
568acontecer sem a nossa fiscalização. E esse item de fauna e flora, quem sabe até possa ser
569suprido com um prazo. E não há, na regulamentação, mas quem sabe até se crie um
570licenciamento a título precário, com prazo de 6 meses, 8 meses e se não for cumprida aquela
571exigência, seria cassado, mas vamos avançar. **Sr. Luiz Rampazzo:** A minha colocação é no
572seguinte sentido: a gente sabe que há uma necessidade de descentralização, caminhar no
573sentido de que os Municípios se qualifiquem, que não fiquem como tínhamos no início, era
574tudo centralizado na FEPAM e não se tinha pernas para se deslocar e para licenciar em todas
575as partes do Estado do Rio Grande do Sul. Só que temos que ter alguns critérios para não
576correremos o risco de, de repente, onde passa o boi, passa a boiada, e a gente perca o controle.
577Pelo entendimento que eu tenho, a EMATER está sujeita a uma política pública. Portanto, não
578pode ser considerada uma entidade privada porque ela está à mercê de uma determinação de
579uma política pública. Ora, é óbvio que na hora de uma votação de um Conselho Municipal ela
580vai seguir esta política. Então, não vai caminhar no sentido de ser organização não-
581governamental, ambientalista ou coisa parecida. Gostaria que os Conselheiros tivessem esse
582cuidado, já que a questão da descentralização e a gestão compartilhada com os Municípios
583tem que se ter muito cuidado com relação a isso. E o pessoal que trabalha na Câmara Técnica
584quero dar um elogio, e sei que é um trabalho difícil, complicado, e é um trabalho
585extremamente importante o que se faz ali, e tem que ter muito cuidado para que de repente a
586gente não abra a porteira e daí se licencie sem alguns critérios básicos. Acho que o Estado do
587Rio Grande do Sul tem que continuar sendo exemplo para o Brasil em termos deste rigorismo
588com relação à questão ambiental. Obrigado. **Sra. Lúcia Anello:** Não sou Conselheira, sou do
589IBAMA, só quero contribuir no processo e só lembrar da importância da participação de
590organizações não-governamentais o no processo de construção das políticas públicas e hoje a
591homenagem que fizemos aos pioneiros do movimento ambientalista nos disse isso; aquele
592pessoal que, em realidade, não tinha nenhum espaço institucional e que começou todo um
593movimento e que estamos hoje aqui por contribuição deles. Então, nesse sentido é a minha
594manifestação: as organizações não-governamentais ambientalistas têm um papel fundamental
595na construção das políticas públicas na área de meio ambiente. Não conheço o Município de
596Nova Bréscia. E em relação a isso não sei se há organizações que atuam naquela região e que
597tenham o espaço de participação. Agora, que a paridade, que a participação da sociedade
598nestes Conselhos é fundamental para dar equilíbrio e para dar clareza na tomada de decisão.
599**Sr. Geraldo André Susin:** Não é interessante para os outros Conselheiros serem
600pressionados pelo Município, mas tivemos uma feliz experiência onde o Prefeito nos ligou, os

601 funcionários da Prefeitura nos ligaram, e foram extremamente gentis, e com isso, inclusive
602 eles entendendo da importância de retornar à Câmara Técnica para que fosse de forma
603 unânime aprovado. E uma coisa que nos chamou, e foi um dos motivos pelo qual até pedimos
604 vista, e foi que não houve unanimidade na Câmara Técnica e onde constava a questão da flora.
605 E nós observamos também a questão da paridade, onde tem, além da EMATER, só para citar
606 para os Conselheiros, que são dez cadeiras, e cinco não governamentais que consta: a
607 EMATER, uma escola estadual, a Associação dos Servidores do Município, a Cooperativa de
608 Suinocultores e a Câmara de Indústria e Comércio, e essas são as ONGs, as não-
609 governamentais. Então, e mais a declaração dos munícipes nos colocando que outros
610 documentos foram apresentados, que estes documentos iriam sanar todos os problemas, e que
611 eu acredito que isso tenha acontecido, e acredito que a Katia coloca, mas com estes
612 documentos a gente deve seguir um rito. E não esteve em nosso poder estes documentos,
613 chegou depois. E tento convencer os Conselheiros de seguirmos este rito. E o nosso parecer é
614 esse. E se a coisa começar, que está tudo bem, que o meu parecer não vale pois está tudo
615 certo, aí complica um pouco. E o que o Dr. Cunha colocou aqui, que são 30 dias, vai para lá,
616 gostaríamos de inclusive participar para contribuir, seja aprovado e o Município de Nova
617 Bréscia licencie e tenha essa habilitação para tal atividade. E só que a gente tem que ter esse
618 respeito, e a nossa sugestão é que volte para a Câmara Técnica, seja no processo incluído
619 todos esses documentos, olharmos juntos, aprovarmos e somos parceiros na municipalização.
620 Muito obrigado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu me considero contemplada nas falas da Lúcia,
621 do IBAMA, e do Geraldo, da ALGA. Mas, gostaria de reforçar exatamente isso: uma vez o
622 Conselheiro deu um parecer contrário e se colocou à disposição na Câmara Técnica de discutir
623 melhor, mesmo que tenham novos documentos que precisem ser apreciados, eu considero que
624 esse licenciamento de Nova Bréscia deva voltar para a Câmara Técnica com a participação do
625 Conselheiro Geraldo Susin, da ALGA, para que ele possa, de fato avaliar, e ver estes
626 documentos novos, se eles estão ou não de acordo com o parecer que foi dado por ele. E que
627 as entidades de caráter ambientalista, como a EMATER, há um critério, há uma norma, que é
628 nacional, e há o Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas na qual a EMATER não se
629 enquadra nestes critérios. E até seria bom a Câmara Técnica observar este critério de entidade
630 ambientalista do Cadastro Nacional para começar a avaliar melhor os processos daqui para a
631 frente. **Sr. José Lauro de Quadros:** Sr. Presidente, Srs e Sras. Conselheiros. Nós seguimos a
632 nossa posição, como representante da FARSUL. O poeta que diz que: “*Caminante não hai*
633 *camino. El camino se hace al andar*”. Nós estamos desenhando e construindo um caminho. É
634 claro que para avançarmos com segurança nós temos todos estes marcos legais que nos
635 indicam como devemos proceder para que, nesta caminhada, nós não cometamos erros. E eu
636 penso que o Conselheiro Rampazzo foi muito feliz quando mencionou que “onde passa o boi,
637 passa a boiada”. E este cuidado temos que ter. Mas, fundamentalmente, acho que o que deve
638 nortear a nossa ação é para que o licenciamento praticado pelos Municípios, tenham estes
639 licenciamentos como alicerce básico, o embasamento técnico. O Município tem que ter ou
640 terceirizado, ou contratado ou no seu quadro de funcionários, a equipe multidisciplinar técnica
641 que possa dar o embasamento técnico no licenciamento. Em segundo lugar, que tenha que ter
642 o cumprimento de toda essa legislação que existe regulamentando este assunto. Nós
643 entendemos que no caso específico de Nova Bréscia estas premissas básicas estão atendidas.
644 Em terceiro lugar, a representante Lúcia, que não é Conselheira, mas que todos aqui estamos
645 trabalhando na mesma luta, quando mencionou que a EMATER executa políticas públicas.
646 Realmente, executa, mas ela é uma organização não-governamental, ela é uma entidade de

647direito privado. Agora, se executa ou não se executa, é um outro aspecto. Na letra fria da lei,
648ela é uma entidade de direito privado. E a Katia, quando menciona, é uma entidade que tenha
649que estar classificada como entidade ambientalista, a EMATER atua buscando compatibilizar
650o desenvolvimento com proteção ambiental, mas ela não é uma entidade de defesa ambiental
651no sentido de atuar, como as outras organizações não-governamentais de âmbito ambiental
652atuam. Ela é uma entidade profissional. Então, são aspectos a considerar. E eu acho que todos
653estes temas, temos que aprofundar aqui, realmente. Mas, concito todo este Plenário de que nós
654devemos ter, como premissa básica, aquilo que nos dá segurança no licenciamento. E, em
655segundo lugar, todos estes complementos, que são fundamentais, porque há participação da
656sociedade, porque se nós errarmos num licenciamento, e ocorrerem falhas, é a sociedade que
657vai sofrer. Agora, um Município que não houve uma motivação, não criou uma entidade não-
658governamental, que vai ficar proibido de licenciar se a comunidade não se motivou. E não
659podemos é criar obstáculos que poderão-se transformar em obstáculos intransponíveis para o
660licenciamento. Nós estamos caminhando, nós estamos construindo, e nós estamos motivando.
661E na medida que nós tivermos os Municípios licenciando, esse processo vai-se irradiar para
662que possamos chegar em todos os Municípios do Rio Grande do Sul e sempre, Rampazzo,
663com esse cuidado: não abrir a porteira para o boi, senão a boiada passa e pode passar por cima
664de nós. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. Eu nome dos Municípios, em nome da
665FAMURS, eu novamente gostaria de fazer alguns comentários sobre o que está sendo dito: foi
666colocado inicialmente que o assunto não passou na Câmara Técnica por unanimidade. Salvo
667melhor juízo, isso não é uma obrigação. Então, gostaria de solicitar aos Conselheiros que
668refletissem sobre este assunto. Imaginem se todas as decisões que tivermos que tomar neste
669País tiver que ser por unanimidade. Em segundo lugar, com relação às pendências que foram
670levantadas em relação ao Município de Nova Bréscia, segundo as colocações da Secretaria
671Estadual de Meio Ambiente, por meio da pessoa que fez a relatoria do processo, foram
672sanados. Em terceiro lugar, no tocante ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, salvo
673melhor juízo, todas as entidades que não são do Governo Municipal são não-governamentais,
674inclusive esta própria escola que está sendo indicada, porque ela tem um Círculo de Pais &
675Mestres que é uma entidade privada da escola. Então, gostaria de colocar que entendo,
676respeito as colocações de todos, agora, novamente, nós poderíamos habilitar o Município de
677Nova Bréscia e não estaríamos cometendo nenhum sacrilégio e muito menos agredindo ao rito
678que nós criamos. Muito obrigado, Sr. Presidente. **Sr. Geraldo André Susin:** De forma
679sintética, fizemos a análise de dois volumes, que são muitas páginas, e o que não vimos não
680poderíamos avaliar. E pelo que nós vimos, a nossa sugestão é de retorno à Câmara Técnica e
681que complemente com os documentos, pois nos sentimos aviltados em aprovar o que a gente
682não viu, mesmo acreditando que os nossos Colegas Conselheiros falam a verdade. Só que o
683que eu li, discordando respeitosamente do Valderes, é que lá não consta a palavra “Círculo de
684Pais & Mestres”, lá consta “Escola Estadual”, e “Escola Estadual” não é ONG. E inclusive
685informações que temos de lá, é que há uma entidade ambientalista. E a Bióloga Sílvia colocou
686que eles estavam na lei tentando apontando o nome da entidade, e disse para não apontar, pois
687futuramente vão ter problemas como movimento ambientalista, pois virão outras entidades.
688Então, coloque na lei uma ONG ambientalista, e depois deixe para que elas resolvam. E ela
689achou ótimo. Inclusive estamos fazendo um papel de assessoria, que não é a nossa função
690nesse momento. Mas, foi com muito prazer e contribuindo com o processo e que realmente
691ele se estabeleça. Então, por isso, reforço, por favor, volte para a Câmara Técnica, para que
692possam anexar os documentos que faltam, e em 30 dias, volta para a Plenária do Conselho e

693aprovamos, sem problema nenhum. É só uma questão de respeito ao processo que está em
694pauta. **Sr. Luiz Rampazzo:** Vou ser bem sincero com todos os Conselheiros: não sei o
695motivo da pressa em ter que aprovar um Município que começa a se credenciar para o
696licenciamento. Há uma frase, que corre no Brasil desde o início deste ano: “Quem tem fome,
697tem pressa”. E, nesse caso, embora a questão ambiental deseje, de todos nós, uma dedicação,
698mas pode ser esta pressa, para a decisão com relação a esse ponto, inimiga da perfeição. E
699podemos incorrer no risco aí, como a própria AGAPAN já levantou em reuniões anteriores do
700CONSEMA, pedindo inclusive a revisão de vários licenciamentos que foram dados. Não
701queremos aqui duvidar do pessoal da Câmara Técnica e nem dos Conselheiros que aprovaram
702a possibilidade de outros Municípios encaminharem licenciamento. Agora, a questão
703ambiental não pode ser dado um prazo para ontem. Inclusive, o próprio Conselheiro Susin não
704pode dizer que em 30 dias venha aprovado, não é bem assim. Eu acho que tem que voltar para
705a Câmara Técnica e tem que ter o tempo necessário de análise e sinceridade: ou o Município
706está credenciado ou não está credenciado, não podemos fazer uma “meia boca”. Também
707quero anunciar que participei da última reunião do CNEA, lá em Brasília, e a Resolução 292
708vai ser revista. Provavelmente, o CNEA vai partir para três categorias: entidades
709ambientalistas puras, entidades ambientalistas que têm uma porcentagem, e não se definiu
710ainda, de caráter ambiental, e um terceiro nível de entidades que tenham uma porcentagem
711voltada para a questão ambiental. Então, estas entidades aí podem, se for revista a Resolução
712292, do CONAMA, que criou o CNEA, podem-se credenciar para serem colocadas num
713desses níveis. É isso, obrigado. **Ss. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Ouvi, disciplinadamente,
714as intervenções feitas e respeito a opinião de todos. À luz do que ouvi, vejo-me obrigado a
715apresentar uma questão de ordem: no momento que o Conselheiro Susin pediu vistas ao
716processo, uma das questões levantadas por ele é que não lhe foi facilitada a análise da
717plenitude da documentação, e ele está no direito de pedir a vista disso, sim. Quero reafirmar
718que respeito o trabalho do nossos técnicos e neles confio, mas não é isso que está em
719discussão. O fato é que é uma prerrogativa do Conselheiro ver toda a documentação, porque
720não basta apenas profissão de fé, nestes casos. É importante o convencimento pessoal dele
721sobre aquilo em que vai votar. Afora isso, se ele se dispõe a participar do trabalho da Câmara
722Técnica para ajudar a construir a melhor solução, ótimo, pois isso facilita o trabalho da
723Câmara, com a presença dele. Agora, repondo a minha questão de ordem, não vejo por que
724pôr em votação o assunto, salvo entendimento diferenciado deste Plenário. Não vejo por que
725pôr em votação, salvo entendimento diferenciado deste Plenário. **Sr. Presidente:** À guisa de
726informação, a Câmara Técnica de Gestão Ambiental vai-se reunir na próxima quarta-feira, dia
72726, às 14 horas, em relação a este trabalho. Temos aqui duas proposições. Uma, a de que se
728atenda o posicionamento exarado aqui pelo Conselheiro representante da ALGA, Geraldo
729Susin, qual seja, que retorne à Câmara Técnica; e a outra, do Conselheiro representante da
730FAMURS, Valtemir Goldmeier, que se vote hoje a habilitação do Município de Nova
731Bréscia. Para facilitar o processo, colocamos em votação a questão de ordem levantada pelo
732Conselheiro Luiz Paulo Cunha. Os Conselheiros favoráveis à manifestação do Conselheiro
733Cunha, por gentileza, manifestem-se levantando o cartão: **16 (dezesseis) votos favoráveis, 1**
734**(um) voto contrário, sem abstenções.** Então, volta para a Câmara Técnica e por uma questão
735inclusive regimental, deverá constar automaticamente da pauta da próxima reunião deste
736Conselho que será no dia 18 de dezembro. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Só
737quero aproveitar que estamos falando da gestão compartilhada, que desde as primeiras
738reuniões deste Conselho neste ano, há um comprometimento de apresentação de um relatório

739dos Municípios que estão habilitados, e passa reunião, este relatório não é apresentado, e
740voltamos a discutir questões que se nós tivéssemos este relatório, nós debateríamos com
741muito mais base, com muito mais conhecimento. Então, quero ressaltar, reafirmar a
742importância de termos este relatório, porque não é possível, pois se está há tanto tempo
743esperando um relatório, e se nem isso os Municípios conseguem fazer. **Sr. Presidente:**
744Conselheira Kathia, oportuna, aliás, a sua intervenção, e considerando inclusive que neste
745Conselho foi aprovado por este Conselho a realização de uma reunião extraordinária para
746tratarmos deste assunto. Considerando a audiência pública realizada em relação à Rota do Sol,
747não fizemos agora, no último período. Porém, e este era um item nos Assuntos Gerais, e até os
748Srs. Conselheiros poderiam ir pensando já, e nós gostaríamos de fazer esta reunião
749extraordinária este ano, agora, entre a reunião de hoje e a reunião do dia 18, pois acreditamos
750que depois disso vai ficar um pouco mais difícil. Então, os Srs. Conselheiros já podem ir
751amadurecendo uma data, que antes de encerramos a reunião nós vamos defini-la. Então, será
752uma reunião extraordinária cuja pauta exclusiva será esta. E o relatório, Conselheira Kathia,
753está disponível, enfim, felizmente. Atendendo a solicitação de inversão de pauta, vamos para
754o Item 5 de pauta: **5. Análise da proposta de alteração da redação dos parágrafos 3º e 4º**
755**do art. 14 da Lei 11.520, elaborada pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.** Solicito
756aos Colegas do DEFAP, João Paulo Steigleder e Helena Margarete Rosa Ferraz para a
757apresentação desta proposição. Trata-se, Srs. Conselheiros, de uma proposta para alteração da
758Lei 11.520. **Sr. João Paulo Steigleder:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Conselheiros, boa-tarde.
759Uma honra, uma satisfação, um prazer aqui estar. Estamos aqui, antes de mais nada,
760atendendo um chamamento do Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, Dr.
761Irineu, lá colega da SEMA, e por uma questão de compromissos assumidos no interior do
762Estado, que estão impossibilitando a presença dele aqui, pediu que nós o representássemos,
763trazendo o pedido formal de escusas por parte dele. Então, estamos aqui trazendo esta
764proposta de encaminhamento de alteração do art. 114 da Lei 11.520, que acreditamos tenha
765sido distribuída uma cópia desta proposta para os Conselheiros. Antes de mais nada, fico à
766disposição para efetuar a leitura, para após entrarmos numa discussão, Sr. Presidente, se o
767encaminhamento for este. **Sr. Presidente:** João Paulo, poderias contextualizar esta proposta,
768por gentileza?. **Sr. João Paulo Steigleder:** Perfeito. Está aqui representando junto comigo, a
769Colega Helena, ela é Presidente da Junta Superior de Julgamento de Recursos das Infrações
770Florestais aplicadas pelo Departamento de Florestas e Áreas protegidas, e a redação como
771constava no corpo do art. 114 da Lei 11.520 estava trazendo um determinado problema por
772ocasião da assinatura dos termos de compromisso ambiental firmados entre o devedor
773ambiental e a Secretaria do Meio Ambiente, e ela, como Presidente da Junta, tem bastante
774condições de explicar ao Plenário exatamente qual era o problema maior relacionado com
775estes dois parágrafos em especial. **Sra. Helena Margarete Rosa Ferraz:** Num primeiro
776momento, o Dr. Irineu havia feito um encaminhamento do qual nos trouxemos a alteração
777hoje. E versava, então, a alteração do art. 114, onde no parágrafo 3º dizia o seguinte, já que ele
778estava incompleto, e aí gerou toda a polêmica: “Na hipótese de interrupção do cumprimento
779das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da
780autoridade ambiental ou por culpa do infrator”. Não tinha seqüência, o que dizia o Decreto
781Federal 3179, em relação ao mesmo assunto, termo de compromisso ambiental. Ele dizia no
782parág. 4º do art. 60: “Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e
783corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da autoridade ambiental ou por culpa
784do infrator, o valor da multa, atualizado monetariamente, será proporcional ao dano não

785reparado”. Então, na verdade, houve a necessidade da alteração pelo fato dele estar
786incompleto. Como se não bastasse isso, em relação ao Código de Meio Ambiente (Lei nº
78711.520), ele aparece, parágrafo 1º, 2º, 3º, esse que está incompleto, e como parágrafo 4º ele
788dizia o seguinte: “Os valores apurados nos parágrafos 3º e 4º serão recolhidos ao fundo no
789prazo tal”. Havia supressão parcial do texto, do artigo em relação ao decreto federal. Nesta
790proposta de hoje, o artigo ficaria: o *caput* exatamente como está. **Sr. Presidente:** A Margere
791tem uma manifestação, que vem ao encontro da proposta **Sra. Margere Rosa de Oliveira:**
792Foi bastante debatido lá na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e entendemos que
793efetivamente havia dois erros na lei, porque o primeiro parágrafo que foi colocado ali, que há
794alteração, ele realmente está incompleto, ele não tem sentido se ele permanecer a redação
795assim, não faz sentido, e aí cria problemas para a atuação do órgão. E também o erro do
796parágrafo quarto. Na verdade, é apenas uma correção de redação porque senão, não há como
797aplicar esse dispositivo e impede o trabalho. E nós elaboramos em conjunto, em consenso, por
798unanimidade lá aprovamos esta redação. **Sr. Presidente:** Os Srs. Conselheiros gostariam que
799fosse feita a leitura de como está e a proposta para a nova redação? Parágrafo terceiro, como
800está hoje na Lei 11.520? **Sra. Helena Margarete Rosa Ferraz:** O parágrafo terceiro na Lei
80111.520 do art. 114, ele se encontra exatamente assim: “Na hipótese de interrupção do
802cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por
803decisão da autoridade competente, ou por culpa do infrator”. Ele encerra. E como vai ficar:
804anteriormente, o Dr. Irineu havia feito uma proposta, que não sei se chegou até às mãos dos
805senhores, onde falava que: “Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de
806cessar a degradação assumida pelo infrator no Termo de Compromisso Ambiental – TCA, o
807órgão ambiental competente o notificará para que no prazo do parágrafo quarto recolha os
808restantes 90% da multa monetariamente corrigidos, descontado o valor referente às parcelas já
809adimplidas”. Isso foi alterado, é alteração que trouxemos hoje, porque no momento em que foi
810dada esta redação, acho que houve um erro de digitação, ou não se aperceberam de que esta
811situação é simplesmente uma delas, porque são três situações, na verdade. Quando ele repara o
812dano integralmente, ele recebe uma redução do valor da multa integral de 90%. Quando da
813inexecução total da reparação do dano, ele vai perder o benefício, então, não vai receber nada,
814e vai pagar todo o valor da multa corrigido monetariamente e atualizado. E a terceira situação,
815que é a que encaixa exatamente, perfeitamente neste artigo, que tem a nova redação que
816estamos trazendo hoje, é quando a inexecução é parcial, e na anterior ele falava no
817recolhimento dos 90%. Não, os 90% é quando a inexecução é total. No caso da inexecução
818parcial, ele vai recolher o valor da multa proporcional ao dano não reparado, ou seja, se ele
819reparou, conseguiu reparar dentro do Plano de Reparação Ambiental apresentado, se ele
820conseguiu cumprir 50% do que ele assumiu por meio do termo firmado, ele terá uma redução
821do valor, só como exemplo, de 45%, porque isso em relação aos 90%, e no máximo é 90%,
822então, de 45%. E gostaria de colocar, então, a nova redação, que ficou da seguinte forma: “Na
823hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação
824ambiental assumida pelo infrator, no Termo de Compromisso Ambiental – TCA, o órgão
825ambiental competente notificará, para que no prazo do parágrafo quarto, recolha o valor
826pecuniário da multa, monetariamente corrigido, proporcional ao dano não reparado,
827descontado o valor referente às parcelas já adimplidas”, ou seja, os 10% que obrigatoriamente
828ele recolhe e apresenta o comprovante no momento da assinatura do TCA. **Sr. Presidente:**
829Ficou claro para o Plenário a proposta que vai ser encaminhada, obviamente, à Assembléia
830Legislativa, porque se trata de alteração de lei. Algum dos Conselheiros necessita de um

831 detalhamento, de alguma elucidação a mais? Então, submetemos aos Srs. Conselheiros da
832 nova redação dos parágrafos terceiro e quarto, do art. 114 da Lei nº 11.520. Os Conselheiros
833 favoráveis levantem, por gentileza, o seu cartão de votação; contrários; abstenções:
834 **aprovação, por unanimidade. 4. Apresentação do relatório da SEMA sobre os *cat fish*.**
835 Passamos a palavra à Dra. Vera Calegari para a explanação em relação ao *cat fish*
836 considerando solicitação deste Conselho para que tal sucedesse. **Sra. Vera Lúcia Calegari:**
837 Bem, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, vou procurar bem breve, e fazer um relato das
838 atividades que vêm-se desenvolvendo em relação à questão do *cat fish* aqui no Estado do Rio
839 Grande do Sul. Em 29 de abril deste ano um grupo de professores, pesquisadores de
840 universidades da Região Sul, da área de piscicultura, solicitaram ao Coordenador de Produção
841 da Secretaria de Agricultura providências, por parte daquela Secretaria, para que agilizasse,
842 junto à SEMA e FEPAM o licenciamento ambiental para o cultivo do *cat fish* no Rio Grande
843 do Sul. Em maio de 2003 o Coordenador Municipal de Produção da Secretaria da Agricultura
844 procura a SEMA apresentando os documentos elaborados por aqueles pesquisadores, citados
845 destas universidades da Região Sul, alegando que haveria impedimento, por parte da FEPAM,
846 para o cultivo destas espécies, e que não teria amparo legal para a não-concessão do
847 licenciamento. A Assessoria Técnica da SEMA, a pedido do Sr. Secretário, examina a
848 documentação existente e solicita pareceres de outros especialistas, de outros Estados, de
849 outras instituições, como a Presidente da Sociedade Brasileira de Ictiologia, ao Coordenador
850 do Comitê de Introdução de Espécies Exóticas da Sociedade Brasileira de Ictiologia, entre
851 outros. O Gabinete do Vice-Governador assume a coordenação dos trabalhos e solicita uma
852 reunião de trabalho na presença das duas Secretarias envolvidas, a SEMA e a Secretaria da
853 Agricultura, para obter maiores informações sobre o tema, sobre este assunto. E foram
854 apresentados, na ocasião, nesta reunião de trabalho, pareceres de técnicos da Fundação
855 Zoobotânica, da FEPAM, e relativos a problemas da introdução de espécies exóticas, e ao
856 próprio licenciamento ambiental para este cultivo dos *cat fish*. Na ocasião, então, ficou
857 definido que dever-se-ia promover um *workshop*, um seminário, enfim, para maiores
858 esclarecimentos com especialistas na área. E no dia 26 de agosto, o Gabinete do Vice-
859 Governador promoveu um *workshop* onde a SEMA trouxe para a discussão o Dr. Ângelo
860 Agostinho, por meio de um termo de cooperação técnica com o Conselho de Biologia, que é o
861 Presidente desta Comissão de Introdução de Espécies da Sociedade Brasileira de Ictiologia, o
862 Prof. Dr. Uves Shues, da Unisinos, e a Secretaria da Agricultura trouxe os Professores, Dr.
863 Sampaio e o Dr. Pientras, da FURG e Católica, de Pelotas, respectivamente, para debates
864 sobre o tema. A final do *workshop*, e após contatos da SEMA com o IBAMA, que tem
865 mantido contatos com a Regional do IBAMA, com a Coordenadoria, com a Coordenação de
866 Estudos e Pesquisas Pesqueiras, lá em setembro, em Brasília, as assessorias técnica e jurídica
867 da SEMA emitiram o parecer ao Sr. Secretário informando que a base legal para as atividades
868 pesqueiras está contida no Decreto-Lei Federal de 28-02-67 e na Portaria nº 145-N, do
869 IBAMA, que tem a competência de dar autorização da liberação de cultivo de espécies
870 exóticas. De acordo com esta Portaria 145 fica proibida a introdução de espécies exóticas e a
871 reintrodução ou transferência somente naqueles unidades geográficas de referência, ou seja,
872 área abrangida, bacias hidrográficas, em que estas espécies já se encontram estabelecidas. Na
873 referida Portaria, a espécie *Ictalurus punctatus*, que é o *cat fish* ou bagre-de-canal, bagre
874 americano, e é exclusivamente citado, está no anexo, para a Bacia do Uruguai. No Rio Grande
875 do Sul além da Portaria do IBAMA, que regulamenta essa questão, há ainda a exigência do
876 licenciamento ambiental deste tipo de atividade, por se tratar de espécie exótica, de acordo

877com o Código Estadual do Meio Ambiente, que exige este licenciamento quando se tratar de
878espécie exótica. Na ocasião, também, foram discutidos, em reuniões com os técnicos da
879FEPAM, que mesmo na liberação de licenciamentos eventuais, também deverão ser revistos
880os critérios técnicos para este licenciamento, como viabilidade econômica, exigência de
881análise de risco, e outras medidas de segurança de manejo adequado para a proteção da
882qualidade da água, entre outros. Após estas discussões, diante destes fatos, o Gabinete do
883Vice-Governador e a Secretaria da Agricultura solicitam à SEMA que emita uma Portaria que
884esclareça a possibilidade de se solicitar o cultivo de *cat fish* na Bacia do Uruguai, conforme a
885Portaria 145-N. A Portaria, na verdade, foi bastante discutida, bastante comentada, e não
886trouxe nenhuma novidade, porque ela só reforça a competência do IBAMA para a autorização,
887e também a exigência do licenciamento ambiental de acordo com o Código Estadual do Meio
888Ambiente. Então, é uma Portaria, digamos assim, inócua, porque não estabelece nenhuma
889normativa nova, só uma Portaria mais a título esclarecedor. Em 10-10-2003, por meio do
890Decreto Estadual nº 42.581, o Sr. Governador do Estado cria um grupo de trabalho para a
891realização de estudos e formulação de propostas sobre a possibilidade da criação do *cat fish* na
892Bacia Costeira do Sul. Participaram deste grupo de trabalho a Secretaria do Meio Ambiente, a
893Secretaria da Agricultura, Fundação Zoobotânica, FEPAM e pesquisadores daquelas
894universidades da Região Sul que haviam-se manifestado por interesse no assunto. Após duas
895reuniões deste grupo de trabalho, o grupo concluiu, não havendo consenso, entretanto, a
896Secretaria do Meio Ambiente, representada pela FEPAM, Fundação Zoobotânica e Conselho
897Estadual de Recursos Hídricos, emitiu um parecer único com uma proposta para o Governo do
898Estado no sentido de que, considerando que com base em alguns documentos elaborados por
899técnicos da Fundação Zoobotânica e outros técnicos especialistas na área, os pareceres
900técnicos colhidos e manifestação da própria SEMA, as manifestações de preocupação da
901sociedade, dirigidos ao CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente e a FEPAM, a
902Secretaria, em conformidade com o Decreto-Estadual, este que instituiu o grupo de trabalho,
903conclui ser inviável a liberação do cultivo de *Ictalurus punctatus* para a Bacia Costeira do Sul.
904E propôs ainda que seja elaborado um programa de piscicultura sustentável para o Estado que
905terá, como diretrizes, a utilização de espécies nativas e a substituição gradativa dos cultivos de
906*Ictalurus punctatus* já existentes, até para a própria Bacia do Uruguai. Situação atual: ainda
907não há uma definição por parte do Governo do Estado, afinal sobre este grupo de trabalho,
908mas a proposta da SEMA está sendo analisada. Em contatos com o IBAMA, o IBAMA
909também está pensando na revisão da própria Portaria 145, e extra-oficialmente soubemos que
910a Secretaria da Agricultura procurou a Secretaria Nacional de Pesca, e a Secretaria Nacional
911de Pesca busca também a nossa posição, enquanto Secretaria do Meio Ambiente, a respeito da
912reintrodução desta espécie no Estado do Rio Grande do Sul. Acho que este é o cenário atual, e
913a partir de todos os trabalhos que se desenrolaram. O Ministério Público solicitou em
914novembro, agora, o comparecimento da SEMA e do IBAMA, e tivemos uma audiência que
915participamos, juntamente com a assessoria jurídica da SEMA, e solicita que seja revogada esta
916Portaria, e não sei bem o acompanhamento final, mas é no sentido de que a Portaria seja
917revogada, muito antes porque ela pode gerar, e o que foi levantado pela Dra. Marchezan é que
918poderia gerar algum tipo de confusão achando que estaria liberado o cultivo de *cat fish* no Rio
919Grande do Sul. Seria esse o relato. **Sr. Luiz Rampazzo:** Apenas um esclarecimento aos
920Conselheiros, no sentido de que na Pré-Conferência Nacional do Meio Ambiente, ocorrida
921aqui em Porto Alegre no Colégio Rosário, havia mais de duas mil pessoas presentes, sendo
922que delegados, em torno de 1.550. E dali saiu uma moção, que foi encaminhada à SEMA e à

923Assembléia Legislativa, pedindo a proibição, essa moção foi votada por unanimidade, do *cat*
924*fish, bagre americano*, estas espécies exóticas aí que sabemos que são extremamente danosas
925para o meio ambiente. E queria perguntar para a FEPAM, se ela tem conhecimento se chegou
926à SEMA esta moção, que foi votada na Pré- Conferência Nacional de Meio Ambiente, que foi
927a Estadual, que ocorreu aqui em Porto Alegre. Obrigado. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:**
928Olha, do material que costuma passar pela Direção-Geral, não vi nada, ainda. É possível que
929esteja em tramitação ou que tenha tido outra forma de entrada na SEMA, mas posso dizer que
930não chegou às nossas mãos até o momento. Quanto à manifestação da Dra. Vera, foi
931suficientemente clara quanto àquilo que pensamos sobre a introdução de espécies exóticas,
932bem como dos resguardos tidos pela SEMA, neste caso. A gente respeita os que têm interesse
933econômico no cultivo de tais espécies, mas, como ictiólogo, sei da importância que é trabalhar
934no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias orientadas ao aproveitamento de nossas
935espécies nativas. Portanto, penso que o que foi aqui mostrado acompanha o pensamento e a
936preocupação dos senhores **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente. Entendo que só a título
937de esclarecimento, a Conferência foi realizada e a sistematização foi concluída há poucos dias.
938Provavelmente, isso aí ainda não foi encaminhado. E acho que realmente o documento das
939moções não deve ter sido protocolado na SEMA ainda. Nós, da FAMURS, contribuimos junto
940com a própria FEPAM, do grupo que fez a sistematização e a organização da Pré-Conferência
941à Conferência Nacional do Meio Ambiente, e provavelmente este documento ainda não
942chegou nem na SEMA e nem na Assembléia Legislativa. **Sr. Antônio Ruas Neto:** Sr.
943Presidente. Gostaria de reforçar, e cumprimentar também esta posição do Conselho de
944preocupação com as espécies exóticas, potencialmente danosas, e sugerir que o Conselho
945volte a este tema, e talvez tire uma resolução mais geral com relação a todas as espécies
946exóticas que poderão ser introduzidas com finalidades comerciais ou outros, e lembrando um
947exemplo: nós estamos num dos últimos Estados não atingidos e ocupados pela espécie exótica
948*acatina folica*, um molusco que foi introduzido no Brasil, com fins comerciais, e que hoje
949ocupa quase a totalidade dos Estados brasileiros, exceto o Rio Grande do Sul, mas estamos
950sob um risco iminente de entrada de mais esta espécie invasora, que estaria na mesma situação
951do *cat fish* e outras potencialmente perigosas ao meio ambiente e a saúde pública. **Sra. Edi**
952**Xavier Fonseca:** Só gostaria de colocar que as entidades ambientalistas: AGAPAN, ALGA,
953CEA, Movimento Roessler e os Amigos da Terra, que fizeram um documento e estão
954encaminhando ao Ministério Público, com o seguinte texto, que eu gostaria de ler: “*As*
955*entidades abaixo assinadas, através de seus representantes legais, solicitam ao Ministério*
956*Público Federal providências legais cabíveis no sentido de evitar dano ambiental grave,*
957*sobre a matéria a seguir exposta. Manifestamos nosso parecer desfavorável à utilização da*
958*espécie exótica (Ictalurus punctatus) originária da América do norte, na atividade de*
959*piscicultura no Rio Grande do Sul. A introdução da referida espécie, constitui um risco à*
960*flora e fauna nativa, pois se trata de um peixe predador e voraz que se alimenta de*
961*vegetais, insetos, como também de outros peixes. Este hábito alimentar associado ao seu*
962*potencial forte de dispersão ocasionará, certamente, a perda da biodiversidade nas teias*
963*alimentares existentes nos corpos hídricos naturais, considerando a possibilidade dos*
964*mesmos escaparem do confinamento, se atentarmos para o fato de que o controle e*
965*fiscalização dos criatórios são extremamente precários. Solicitamos a intervenção deste*
966*Ministério no sentido de comprovar através dos documentos elaborados por pesquisadores*
967*biólogos e ictiólogos da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Universidade*
968*Federal do RS e Universidade do Vale do Rio dos Sinos a avaliação efetuada dos potenciais*

969custos e benefícios em relação a introdução da espécie *Ictalurus punctatus* na piscicultura do
970Estado. *Edi Xavier Fonseca (AGAPAN), Geraldo André Susin (ALGA), Luiz Rapazzo (CEA),*
971*Julian Mauhs (Movimento Roessler de Defesa Ambiental) e Kathia Vasconcellos Monteiro*
972*(NAT-Brasil)”. Este documento está sendo encaminhado também. Sr. Presidente:*
973Acreditamos que a Dra. Vera Calegari expôs bem o cenário de discussão que está
974acontecendo em nível de Governo de Estado, assim como a linha de trabalho que a SEMA
975desenvolveu, bem como, além do encaminhamento das entidades ambientalistas para o
976Ministério Público, fica esclarecido também que o Ministério Público já está atuando,
977considerando que já chamou para esclarecimentos e depoimentos a SEMA e o IBAMA. Não
978sei se os Srs. Conselheiros julgam atendida a solicitação feita? Nada impede que em reuniões
979posteriores, sempre que julgado necessário, volte-se a discutir a questão. Com relação ao Item
9806 da pauta, só à guisa de um esclarecimento, a Conselheira Edi já havia feito a observação no
981início desta reunião, e estamos comunicando a este Plenário a condição já própria para se
982encaminhar às Câmaras Técnicas correspondentes três propostas de resolução, e acredito que
983logo mais, ali adiante, vamos ter um trabalho bastante significativo no que diz respeito à
984discussão e redação final de quatro propostas de resoluções, no mínimo, e uma delas,
985comércio de resíduos – Classe II, licenciamento de atividades por sistema de integração, por
986excelência, suinocultura e avicultura, co-disposição de resíduos sólidos industriais em aterros
987do Rio Grande do Sul, licenciamento e disposição final de resíduos sólidos da construção civil
988no Rio Grande do Sul e acreditamos que para dezembro, a Câmara Técnica de Controle e
989Qualidade deverá ultimar a proposta de resolução relativamente aos padrões de lançamento de
990efluentes, que está em discussão há praticamente dois anos. Então, bem discutida, bem
991amadurecida, e pela informação do Presidente da Câmara Técnica, parece que já está
992praticamente pronta. Então, Srs. Conselheiros, encaminhamos as propostas de resoluções
993constantes do Item 6 para as respectivas Câmaras Técnicas para as discussões. **8. Assuntos**
994**Gerais. Sr. Mauro Gomes Moura:** Apenas rapidamente, Sr. Presidente, houve uma queixa
995do Ministério Público com relação ao desconhecimento da tramitação de alguns resoluções,
996que, se fosse possível, disponibilizar imediatamente ao Ministério Público cópia destas
997resoluções para que eles possam ir acompanhando, seria interessante. Com relação ao
998Procurador-Geral de Justiça, só queria informar aos Srs. Conselheiros, rapidamente, que com
999relação aos resíduos sólidos de um milhão e duzentos mil habitantes que compõem os
1000Municípios de Porto Alegre, Cachoeirinha, Gravataí e Esteio, que depositam no aterro Santa
1001Tecla, a Prefeitura de Gravataí, e o próprio consórcio, havia-nos solicitado em março, estudos
1002para a ampliação do aterro Santa Tecla. Informamos, naquela ocasião, por ofício, tudo
1003documentado, que não poderia haver simplesmente estudos de ampliação no Santa Tecla, mas
1004deveria haver um estudo de impacto ambiental contemplando alternativas locais para o
1005aterro Santa Tecla, porque não sabemos se é possível ou não ampliar o aterro, já que aquilo lá
1006se trata de uma área do antigo Lixão, com seus problemas relacionados. Para isso foi em
1007março enviado à Prefeitura de Gravataí. Para a nossa surpresa, recebemos agora em novembro
1008um pedido, e, naquela ocasião, quando a Prefeitura solicitou em março o Estudo de Impacto
1009Ambiental, o licenciamento para a ampliação do Santa Tecla, havia apresentado um termo de
1010referência para avaliação para a avaliação de impacto ambiental. Para nossa surpresa agora,
1011em novembro, a Prefeitura de Gravataí apresenta-nos um estudo mínimo de geologia,
1012biologia, não apresentando nem o próprio Termo de Referência, a qual eles haviam
1013encaminhado, solicitando a liberação emergencial do aterro Santa Tecla. E já informamos
1014dizendo que não haveria tempo hábil para fazer EIA e ver outras alternativas locais. Já

1015informamos por escrito ou por ofício a Prefeitura de Gravataí, que não aceitamos ser
1016pressionados desta maneira, num bom português, como pressão excessiva sobre órgão
1017ambiental, para que a gente libere muito rapidamente, sem maiores estudos, uma ampliação
1018daquela área, e não aceitaríamos fazer isso desta forma, e a FEPAM está encaminhando esse
1019assunto ao Ministério Público Estadual, porque se não havia tempo hábil para fazer EIA-
1020RIMA as Prefeituras sabiam perfeitamente que o Santa Tecla teria a sua vida útil encerrada
1021em fevereiro deste ano e já deveriam ter providenciado há cerca de um ano e meio, dois anos,
1022os estudos necessários; ou seja, daqui a 90 dias estaremos com sérios problemas para colocar
1023o lixo de um milhão e duzentas mil pessoas, e este problema não é da FEPAM, é um
1024problema do gerenciador de resíduos, que são os Municípios, que não tomaram a tempo
1025providências adequadas e queria alertar este Conselho, que considero, nos meus 30 anos de
1026FEPAM, um dos problemas mais graves que está para acontecer nesta região. Muito obrigado.
1027**Sr. Presidente:** Em breves minutos, passarei às Comunicações, a fim de que fique registrado.
1028Recebemos, a propósito da Comenda Henrique Luiz Roessler, criada por este Conselho, e por
1029força de sua concessão na data de hoje, manifestações do Gabinete do Sr. Governador,
1030designando o Secretário Wenzel como representante; de três Estados da Federação, órgãos
1031ambientais, do Rio Grande do Norte, do Maranhão e de São Paulo, assim como da Assembléia
1032Legislativa, do Deputado e Professor Rui Pauletti, da FIERGS, cujo o Conselheiro José Lauro
1033de Quadros trouxe esta mensagem, bem como do Presidente da Comissão de Saúde e Meio
1034Ambiente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Ver. Beto Moesch. Recebimento
1035encaminhamento, por meio do Ofício 1.641, do DAER, encaminhando Relatório da Rota do
1036Sol, e que está à disposição, assim como Ofício nº 393 do IBAMA, do Projeto de Lei que
1037dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento, apresentado ao Conselho Estadual de
1038Recursos Hídricos. Temos ainda o Ofício 105/03 do Comitê Gravataí, recebido na data de
1039hoje, e a pedido da Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada, houve a solicitação
1040da leitura integral da sua manifestação em relação à habilitação do Município de Não-Me-
1041Toque. Por solicitação do seu Presidente, permitam-se fazer esta leitura a fim de que os
1042registros integralmente constem da Ata desta 58ª Reunião Ordinária: *“Sr. Presidente: ao*
1043*cumprimentar V.Sa., cordialmente tomo a oportunidade para trazer esclarecimentos sobre o*
1044*processo de habilitação do Município de Não-Me-Toque/RS, encaminhado para deliberação*
1045*do CONSEMA em 18 de agosto do corrente ano. O parecer da Câmara Técnica 076-03 de*
1046*19-09-2003, da Presidente da AGAPAN, Sra. Edi Xavier Fonseca, pela não-habilitação do*
1047*Município de Não-Me-Toque, encaminhado por V.Sa. a esta Câmara Técnica foi repassado à*
1048*Comissão de Municipalização da SEMA que prestou os esclarecimentos técnicos e jurídicos.*
1049*Sobre a questão jurídica deste processo decidiu-se na 37ª Reunião da Câmara Técnica, em 8-*
1050*10-2003, por unanimidade, fazer os seguintes comentários: 1 – A Câmara Técnica procedeu*
1051*ao exame e a votação do pedido de habilitação de Não-Me-Toque na 32ª Reunião, de 06-08-*
1052*2003, dentre um total de doze processos. Apesar de não constar em Ata, observou-se, durante*
1053*o exame da documentação, que o processo aprovado pela SEMA, não continha um parecer*
1054*jurídico final registrando o atendimento aos quesitos julgados indispensáveis para a*
1055*habilitação do Município, citados na informação, SEMA 063 de 19-03-2003, assinada pelo*
1056*Dr. Irineu Ernani Schneider. Na oportunidade, entretanto, ficou esclarecido que a própria*
1057*Comissão de Municipalização havia exigido do Município as referidas complementações,*
1058*motivando parecer favorável da Câmara Técnica; 2 – Na 33ª Reunião da Câmara Técnica,*
1059*em 20-08-2003, por ocasião do exame dos oito novos pedidos de habilitação, observou-se a*
1060*mesma situação para o Município de Brochier, o que levou o representante da Sociedade de*

1061Engenharia a fazer o seguinte pronunciamento, transcrito da respectiva Ata: ‘O Sr. Luiz
1062Germano da Silva questionou o parecer desfavorável da Assessoria Jurídica da SEMA. Uma
1063vez atendidas as exigências, salientou a necessidade de se anexar posteriormente ao processo
1064do respectivo Município novo parecer da Assessoria Jurídica informando ter o Município
1065atendido as exigências. A Comissão comprometeu-se a providenciar novo parecer jurídico
1066nos itens não atendidos no parecer inicial, sendo assim, o Município de Brochier foi
1067aprovado por unanimidade’. A Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada
1068Estado/Município, a Comissão de Municipalização, através de sua equipe e Assessoria
1069Jurídica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, vem trabalhando de forma cooperativa
1070no sentido de aprimorar o processo de análise do cumprimento dos requisitos habilitatórios
1071pelos Municípios. Trata-se de um trabalho complexo e demorado que exige a participação de
1072uma equipe multidisciplinar formada por advogados, administradores, engenheiros,
1073biólogos, arqueólogos e outros especialistas da SEMA. Por esta razão, desejo reiterar o
1074convite que fiz aos Conselheiros interessados, por ocasião da 56ª Reunião Ordinária do
1075CONSEMA, em 19-09-2003, para que façam parte da Câmara Técnica de Gestão
1076Compartilhada Estado/Município. Lembro que o art. 18 do Regimento Interno do CONSEMA
1077estabelece no parágrafo 1º que: ‘O número de membros das Câmaras Técnicas será fixado
1078pelo Plenário’. Desta forma, poderemos aumentar o número de entidades representadas e
1079contar com mais membros, preferencialmente qualificados, para o exame das questões
1080técnicas e jurídicas. Para concluir, assim como a Câmara Técnica foi solicitada a produzir
1081os pareceres com antecedência às reuniões do Plenário, visando dar tempo aos Conselheiros
1082para as devidas análises, é necessário que a Câmara Técnica também disponha de prazo
1083suficiente para fornecer esclarecimentos a quesitos formulados por membros do CONSEMA,
1084sempre que necessário. Sendo o que se apresenta, meus protestos de elevado estima e
1085consideração, assina Mário Buede Teixeira, Presidente da Câmara Técnica de Gestão
1086Compartilhada Estado/Município”. Na verdade, nós havíamos sintetizado, por ocasião da
1087última reunião, a posição da Câmara Técnica. Porém, a pedido do Presidente, passamos a
1088fazer o que acabamos de fazer, ou seja, a leitura integral do expediente. **Sr. Valtemir**
1089**Goldmeier:** Um convite aos Conselheiros que puderem e tiverem disponibilidade, que na
1090semana que vem teremos a Conferência Nacional do Meio Ambiente, e eu só gostaria de, em
1091nome das entidades municipalistas, lembrar os Conselheiros que caso não possam ir a
1092Brasília, pelo menos entrem no site da Conferência Nacional do Meio Ambiente, no site do
1093IBAMA e acompanhem os trabalhos que lá serão produzidos. Obrigado, Sr. Presidente. **Sr.**
1094**Presidente:** Agradecendo a guarida que a Fundação Zoobotânica nos ofereceu na data de
1095hoje, damos por encerrada a 58ª Reunião Ordinária deste Conselho. Muito obrigado.
1096(Encerram-se os trabalhos às 17h26min).